

O papel da internet na campanha eleitoral

Michel Temer

A internet foi a anunciada novidade para as eleições deste ano. Regulamentado em 2009, esse importante instrumento de comunicação direta chegou a ser apontado como decisivo para as campanhas, antes de iniciada a busca pelo voto. Todos os candidatos se preparam para usar abundantemente os recursos disponíveis: twitter, facebook, orkut, e-mail, sites pessoais, portais de partidos políticos, youtube, enfim, as várias plataformas pelas quais os eleitores pudessem ter contato e informações sobre programas, planos de governos, ideias, perfis e história dos políticos brasileiros.

O Brasil tem quase 70 milhões de pessoas com acesso à internet. Lanhou-se multiplicam-se em pequenas cidades e comunidades carentes de vários centros urbanos. Os computadores pessoais e notebooks entraram definitivamente na lista de compras da nova classe média. É fenômeno recente, marcado pela intensa utilização dos jovens dessa tecnologia que praticamente suprimiu as distâncias mundiais.

Nos portais dos principais candidatos havia a possibilidade de assistir aos programas do horário político eleitoral, ler

O alerta que fica dessas manifestações na internet é de que não basta modernizar os meios de comunicação, mas também é preciso trazer luzes e esclarecimento às mentes que utilizam esses recursos tecnológicos

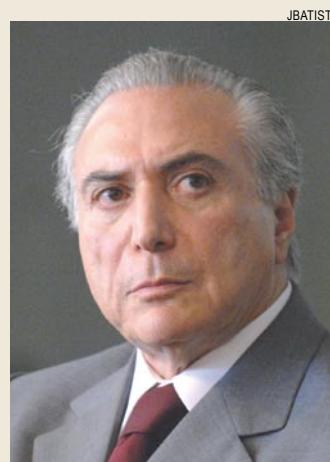
as propostas de governo, acompanhar a agenda de viagens, copiar as fotografias, ouvir discursos, interagir com as equipes de campanha, disseminar informações de vários tipos. Tudo pronto para o grande evento da democracia.

O exemplo mais citado era a eleição dos Estados Unidos, onde Barack Obama revolucionou a comunicação com eleitores e quebrou a barreira dos filtros de comunicação da mídia tradicional, alcançando diretamente os eleitores. O efeito Obama foi proclamado como algo que ocorreria no Brasil.

Algo de errado aconteceu, entretanto.

A excepcional tecnologia trazida pela internet não teve o efeito que se esperava nas eleições brasileiras. Mais que isso, deu dimensão a um tipo de campanha marcada pelo atraso na forma e no conteúdo. É caso a ser pesquisado e analisado pela academia, para mensurar o impacto na campanha eleitoral de registros negativos, difamações e propagação de boatos.

O registro de ataques no universo virtual foi assombroso. Muitas vezes virulentos, quase sempre raivosos e marcados pelo véu do anonimato, característica baixa



usada inúmeras vezes para encobrir o real posicionamento político do difamador.

A eleição mais tecnológica vivida pelo País teve o paradoxo de conviver com expedientes os mais retrógrados e ultrapassados. Infelizmente. Até porque esse fato traz embutida outra contradição: o usuário de internet é mais escolarizado e rico que a média dos brasileiros.

Ao término da campanha, outro susto: internautas tentaram atribuir ao Nordeste, região com

alta concentração de pobreza, a responsabilidade única pela eleição da presidente Dilma Rousseff. A velha acusação de que o povo não sabe votar. A derrota não foi democraticamente aceita. Ou seja, o pensamento autoritário, infelizmente, ainda é usual no Brasil do século XXI. Note-se: mesmo sem o Nordeste, Dilma venceria a disputa. O alerta que fica dessas manifestações na rede mundial é de que não basta modernizar os meios de comunicação, mas também é preciso trazer luzes e esclarecimento às mentes que utilizam esses recursos tecnológicos.

Michel Temer é presidente da Câmara dos Deputados e vice-presidente eleito da República. Contato: dep.micheltemer@camara.gov.br

O Enem e os avanços da política educacional

Paulo Pimenta

A educação brasileira coleciona, a cada ano e em todos os níveis, conquistas que retratam a eficiência da política executada pelo Ministério da Educação. Uma dessas grandes conquistas é o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, que representa uma forma de democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Há cerca de dez dias, o Enem teve mais uma edição. Falhas de impressão foram encontradas em 0,003% das 10 milhões de provas, cuja responsabilidade foi assumida pela gráfica. Não há dúvida de que todos os fatos devem ser averiguados, as responsabilidades apontadas e reparados os prejuízos aos estudantes, conforme compromisso assumido pelo ministério.

Entretanto, uma avaliação honesta desse episódio deve ser feita com base no todo, destacando-se que essa proposta altera o modelo que historicamente elitiza o acesso à universidade. A cultura de destruir as experiências que estão sendo consolidadas no processo pelas diversas instâncias sociais e de supervalorizar os casos isolados configura-se em uma prática condenável.



É fundamental avaliarmos a educação brasileira e o conjunto das ações que têm gerado novas perspectivas à comunidade estudantil, desde o ensino infantil ao superior. Destaca-se que no governo Lula o investimento na educação infantil por meio do Pro-Infância, desde 2007, garantiu a construção de mais de mil escolas em todo o País. Os investimentos na educação fundamental foram 12 vezes superiores aos do governo anterior, e a participação da União

na educação básica, por meio do Fundeb, passou de R\$ 431 milhões em 2002 para R\$ 5 bilhões em 2009.

A expansão da educação profissional e tecnológica consolida, neste ano, a criação de 214 instituições federais nesta área. A política de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, efetivou o financiamento e os recursos de acessibilidade para o pleno acesso das pessoas com deficiência à educação.

Nos últimos oito anos, foram criadas 14 novas universidades federais e mais de

Colocar o Enem em dúvida é uma tentativa de macular a competência do ministro Fernando Haddad, denotando a forte resistência das elites aos programas de inclusão educacional

100 extensões universitárias, ampliando o número de vagas na educação superior de 113 mil para 228 mil. Outro marco da política educacional no Brasil, a institucionalização do sistema de concessão de bolsas de estudos para alunos com baixa renda por meio do Programa Universidade para Todos – Prouni, beneficiou mais de um milhão de brasileiros.

Por fim, o Enem consiste em um grande avanço da política pública para assegurar o acesso dos filhos dos trabalhadores aos níveis mais elevados de ensino. Sem abordar a concepção que

orienta a política de promoção do acesso e da qualidade da educação, grande parte das críticas ao exame revela oportunismo ou desconhecimento das ações do Ministério da Educação.

Colocá-lo em dúvida é uma tentativa clara de macular a competência do ministro Fernando Haddad após toda a transformação promovida na educação nacional, denotando a forte resistência das elites aos programas de inclusão educacional no Brasil.

Paulo Pimenta é deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul. Contato: dep.paulopimenta@camara.gov.br